

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Cabelo Crespo e Mulher Negra: A Relação entre Cabelo e a
Construção da Identidade Negra**

Geisiane Cristina de Souza Freitas

Recife, fevereiro de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Geisiane Cristina de Souza Freitas

**Cabelo Crespo e Mulher Negra: A Relação entre Cabelo e a
Construção da Identidade Negra**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais.

Orientador (a): Professora Dr^a Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva

Recife, fevereiro de 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

F866c Freitas, Geisiane Cristina de Souza.
Cabelo crespo e mulher negra: a relação entre cabelo e a
construção da identidade negra / Geisiane Cristina de Souza Freitas
. – Recife, 2018.
45 f.

Orientador(a): Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais -
DECISO, Recife, BR-PE, 2018.
Inclui referências.

1. Raça negra 2. Cabelo crespo 3. Mulheres 4. Racismo
I. Silva, Maria Auxiliadora Gonçalves da, orient. II. Título

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Geisiane Cristina de Souza Freitas

**Cabelo Crespo e Mulher Negra: A Relação entre Cabelo e a
Construção da Identidade Negra**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação da Profª. Drª. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva.

Aprovada em ____ / ____ / ____

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva (Orientadora)

Profª Drª. Maria Grazia Cardoso

Profº Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito

Recife, fevereiro de 2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às mulheres negras que tiveram suas histórias marcadas pelo racismo, mas com resiliência o enfrenta diariamente.

Agradecimentos

Agradeço ao destino pela oportunidade de ser aluna do curso de ciências sociais pela UFRPE, curso que por sua vez elucidou diversas questões pessoais e foi parte fundamental para a construção do ser que sou hoje. Agradeço às mulheres negras que fizeram parte deste projeto, que compartilharam suas trajetórias e suas dores causadas pelo racismo, sem elas esta obra não seria possível.

Aos meus pais e meu irmão que sempre me apoiam e estão ao meu lado, em especial à minha mãe querida que tanto amo e que mesmo em meio aos tormentos do cotidiano me faz acreditar que sou capaz e que posso sempre ser o meu melhor.

Às minhas amigas Lilian, Thaiza, Thainná pelo apoio e pela amizade ao longo da jornada da graduação, em especial à Renata, amiga querida que sempre escutou as minhas lamurias do dia-a-dia, sorriu do meu lado nos momentos felizes, e nos difíceis sempre ofereceu seu ombro amigo.

Aos professores que compõem a minha banca examinadora, pelo tempo dedicado a leitura do meu trabalho e pelas considerações feitas.

Por fim à minha querida orientadora que desde o primeiro período me incentivou a ser melhor não só em termos acadêmicos, mas, também, em aspectos pessoais.

Resumo

Constitui como principal objetivo desta pesquisa a verificação do impacto do racismo estrutural na construção da identidade da mulher negra no que diz respeito ao cabelo crespo. O objeto de estudo foram mulheres negras que são alunas da UFRPE dos cursos de Ciências Sociais, História e Educação Física, a pesquisa foi abordada através do método qualitativo com o uso de entrevistas para investigar a relação do cabelo crespo com a construção da identidade negra. A partir dos apontamentos feitos por elas foram discutidos os conceitos de raça, racismo, identidade, estética e estética negra e como este hiato impacta na subjetividade e na percepção delas sobre suas respectivas identidades. Chegou-se ao entendimento que em decorrência do racismo estrutural que inferioriza a beleza negra, as mulheres não se reconheciam como negras antes de passar pela transição capilar e pela ressignificação de seus cabelos crespos.

Palavras-chave: Mulher Negra. Cabelo Crespo. Identidade. Racismo.

Abstract

It is the main objective of this research to verify the impact of structural racism in the construction of the black woman's identity with respect to curly hair. The object of study was black women who are students of the UFRPE courses in social sciences, history and physical education, the research was approached through the qualitative method with the use of interviews to investigate the relationship of curly hair to the construction of black identity. From the notes made by them the concepts of race, racism, identity, aesthetics and black aesthetics were discussed and how this hiatus impacts on their subjectivity and perception of their respective identities. It was reached the understanding that as a result of the structural racism that inferiorizes the black beauty, the women did not recognize themselves as black before going through the hair transition and the resignification of their curly hair.

Keywords: Black Woman. Curly Hair. Identity. Racism.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo I – Contexto Histórico	13
1.1 Brasil Colonizado e Mito da Democracia Racial.....	13
1.2 Afinal de Contas, o que é Raça?	13
1.3 Racismo	17
1.4 Identidade	21
1.5 A Construção da Negritude	25
Capítulo II - Conceito de Estética e a Relação com a Subjetividade	27
2.1 Estética e o Belo	27
2.2 Estética Negra	29
2.3 Cabelo como Objeto de Resistência nos EUA	30
2.4 Cabelo como Objeto de Resistência no Brasil	32
2.5 O Alisamento dos Cabelos Crespos	35
2.6 Rompendo com a Lógica Hegemônica para Chegar à Transição Capilar e ao Big Chop	36
Capítulo III: Do Alisado ao Crespo: A Identidade Negra	39
3.1 Minha História de Vida	39
3.2 O Universo da Pesquisa	41
Capítulo IV: Ouvindo as Mulheres Negras da UFRPE	42
Considerações Finais	50
Referências Bibliográficas	52

Introdução

Este trabalho surgiu a partir da minha própria experiência, pois através do processo de transição capilar pude me reconhecer como mulher negra e passar a pensar toda a minha subjetividade que foi distorcida em decorrência do racismo sofrido e assimilado anteriormente.

A construção do meu reconhecimento a respeito da estética como formadora de identidade evidenciou que esta foi em alguns momentos valorizada ou depreciada em outras, com base nos conceitos sobre estética para a população negra, interferindo diretamente na afirmação da minha subjetividade e tantos outros sujeitos. Foi surgindo, assim, a curiosidade em entender o processo por trás de cada alisamento. Surgiram-me questionamentos de como foi a decisão de alisar o cabelo crespo, como era a relação com o cabelo antes do alisamento, como os amigos e parentes próximos se referiam ao cabelo alisado, entre outras indagações.

Com o avançar das reflexões notei que o processo de aceitação do cabelo crespo foi fundamental para a construção da minha identidade negra. O sistema do racismo é tão enraizado nas estruturas sociais que ele rege as relações dos indivíduos a ponto de, mesmo quando um indivíduo não se reconhece enquanto pertencente a uma raça estigmatizada, ele sofrer com a marginalização que lhe é imposta.

Esta internalização do estigma sobre as pessoas negras ocorreu comigo desde a fase da infância, passando pela adolescência até a fase adulta. Passei por situações e ouvi falas pejorativas sobre meu cabelo durante toda a minha vida, e, somente depois de processos de politização e reflexões críticas, veio a percepção de que o sistema já me enxergava como pertencente à identidade negra.

Por ter passado por processos de racismo direcionado ao meu cabelo eu decidi investigar se esta história de conotação pejorativa com a minha estética capilar se repetia com outras mulheres negras. Além disso, me despertou a vontade de descobrir se assim como foi comigo, o cabelo foi um importante objeto para o autoesclarecimento e posterior reconhecimento de suas identidades negras.

A primeira vista, talvez, este tema não se mostre relevante, afinal ter cabelos é mais uma característica humana, assim como ter pés e mãos, no entanto, essa

banalidade dada ao tema se deve, justamente, pelo poder que o racismo tem de tornar uma violência em algo natural. Uma vez que o cabelo crespo é alvo constante de críticas e adjetivos pejorativos, a ponto de influenciar na decisão de uma mulher alisar o cabelo, isto mostra que o racismo vai além do xingamento expresso que tem a intenção de ofender e/ou diminuir um indivíduo que pertence a uma raça estigmatizada.

Quando me propus a pensar e questionar o porquê da obrigação de alisar os meus cabelos crespos refleti o quanto o entorno tem o poder de influenciar em ações de cunho subjetivo. Também refleti sobre o porquê do meu cabelo crespo não ser considerado bonito, arrumado, “bom” e outros adjetivos que geralmente são direcionados aos cabelos lisos.

Diante dos questionamentos levantados eu pressuponho que os padrões de mulher aceitos pela sociedade passam pela questão do cabelo, considerando que ele é visto como a moldura do rosto, então para a mulher negra este cabelo é considerado pela sociedade um cabelo feio, “ruim”, sendo assim, não emoldura o rosto como deveria ser, isto dentro de uma lógica regida pelo racismo estrutural. São diversos os espaços que podem reverberar esta lógica racista, as escolas, o processo educacional familiar, a mídia, entre outros espaços institucionais.

Evidenciando assim que o racismo é praticado, também, por padrões estéticos que além de estabelecerem um padrão o fazem a partir do viés racista. As mulheres negras por sua vez enfrentam esta situação usando o cabelo como objeto político indo contra a lógica hegemônica a partir do momento em que decidem utilizar o cabelo crespo de forma natural, isto é, sem alisamentos.

Sendo assim o objetivo geral desta obra é entender o que motivou e como o processo de usar o cabelo crespo natural se relaciona com a afirmação da identidade negra da mulher.

Os Objetivos Específicos são: identificar o momento de ruptura com os alisamentos da mulher negra; analisar como o processo de transição capilar recompõe a afirmação da identidade da mulher negra; identificar e analisar se cabelo crespo natural encorajou a mulher negra a se posicionar de maneira mais incisiva em outros âmbitos de sua vida.

Partindo destes objetivos utilizei como conceitos de Raça, Racismo e Identidade como principais, buscando o hiato que gera efeito no que diz respeito à subjetividade de mulheres negras que se encontram em uma estrutura social racista. Para tanto utilizei teóricos como Boaventura e Stuart Hall para trabalhar Identidade, Osmundo Pinho para trabalhar o conceito de raça, Nilma Gomes para discutir o cabelo do negro na sociedade brasileira, entre outros pensadores.

Como metologia utilizei abordagem socio-antropológica estruturando o método qualitativo, a coleta dos dados foi feita através da observação participante e das entrevistas. A partir disto estruturei os capítulos da seguinte forma: No primeiro capítulo explanei o contexto histórico da população negra de nosso país, em seguida conceituei através de intelectuais o termo raça, racismo, identidade e negritude.

No segundo capítulo debati sobre a estética, o padrão de beleza imposto e a estética negra demonstrando que a forma como os negros se apresentam a sociedade em termos estéticos se mostra como um ato político.

No terceiro capítulo apresentei o universo da pesquisa, onde foi feita, com quem qual, como foi a construção da pesquisa, entre outras coisas. No quarto e último capítulo analisei os dados coletados da pesquisa e apresentei se as teorias apresentadas ao longo desta obra se relacionava com o que foi coletado em campo.

Como contribuição desta monografia para a academia pontuo que é chamar a atenção das mulheres negras para a questão da identidade no sentido de não se tornar refém da estrutura social racista que impõem seus padrões através da mídia, das instituições e outros fatores que levam a mulher negra a alisar o cabelo de maneira compulsória, negando a identidade negra.

Capítulo I - Contexto histórico

1.1 Brasil Colonizado e Mito da Democracia racial

A literatura levantada mostra que durante alguns períodos da nossa história, a miscigenação brasileira foi exaltada como a característica mais especial de nossa formação, e esta diversidade, sem dúvidas, nos legou um grande arcabouço cultural. Porém, um dos maiores problemas quando falamos a respeito de miscigenação é a omissão da relação de poder existente entre as raças que compõem o nosso povo.

Autores como Florestan Fernandes (1965) mostram que em muitos casos quando se fala do povo brasileiro as características mais evidentes para os que estão de fora desse grupo são a ginga, a alegria, a receptividade, o bom-humor, entre outras coisas. Dentro desses aspectos o que mais se evidencia é a diversidade, seja no campo cultural, decorrente da formação desse povo, ou seja, referindo-se à miscigenação que deu origem a nossa população. Para o autor em questão, o discurso de que não existe a relação de poder nas interações entre os indivíduos de raças e etnias diferentes do nosso país, vela situações discriminatórias de cunho racial. Na sua afirmação:

[...] as condições de perpetuação parcial das antigas formas de dominação patrimonialista estão na própria raiz do desequilíbrio que se criou (e se acentuou progressivamente, em seguida) entre a ordem racial e a ordem social da sociedade de classes. A democracia surgiu tímida e debilitada em nosso meio. Como seu funcionamento e desenvolvimento normais dependem do poder relativo dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente, ela forneceu, no início, um palco histórico exclusivo aos poucos grupos sociais que estavam organizados, possuíam técnicas apropriadas para exercer dominação e autoridade, e lutavam sem vacilações pelo monopólio do poder (se preciso, sob o manto dos ideais democráticos"). O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existentes (FERNANDES, 1965, p. 326).

Sobre esse fenômeno tal autor o intitula como mito da democracia racial, a função do mito é desarticular a comunidade negra, uma vez que ele contribui para que não seja visto como legítima as reivindicações feitas pelos negros. De acordo com Osmundo Pinho & Lívio Sansone (2008):

“Quando Florestam Fernandes (1965) fala em mito da democracia racial, ele estava querendo dizer o seguinte: essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, não expressava mais bem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, seria puramente simbólico, sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros” (PINHO & SANSONE, 2008, p. 75).

Para os estudiosos como Guimarães (1995), o racismo é um sistema estrutural em que, na experiência brasileira, o negro é posto em caráter de subalternidade diante do branco, seja em âmbitos econômicos, sociais, culturais, estéticos, entre outros. Um dos maiores aspectos que mais contribui para o estabelecimento do racismo é a perpetuação da concepção de que ele não existe, pois isso o banaliza e dificulta o seu enfrentamento.

1.2 Afinal de Contas, o que é Raça?

É comum vermos o termo raça empregado em diversas frases do nosso dia-a-dia. Usamos a palavra raça desde conversas mais banais a discussões mais complexas que dizem respeito às condições sociais de indivíduos. É de suma importância que se discuta e, deixe claro, as definições do termo raça a fim de demonstrar como a raça foi determinante para as condições sociais de indivíduos dentro do processo histórico do nosso país.

É inerente a ciência os diversos caminhos de análises sobre vários fenômenos sejam eles biológicos, químicos, físicos ou sociais. A multiplicidade do debate também contempla os estudos sobre raça, durante bom tempo a ciência de modo geral contribuiu de maneira negativa para os estudos de raça quando no passado colaborou com a perpetuação do entendimento de que os seres humanos possuíam características genéticas superiores e inferiores em relação uns aos outros. (RODRIGUES, 1932).

A etimologia da palavra raça vem do italiano *razza* e tem origem no latim *ratio*, que por sua vez significa “raça, linhagem”. É relevante que apresente a definição de raça a partir da perspectiva da biologia, para chegar ao ponto de vista sociológico, ponto este que será utilizado durante as análises que este trabalho pretende fazer.

O desenvolvimento do conceito de raça teve início na metade do século XIX quando o botânico Augustin Pyrame de Candolle passou a utilizar o termo em suas Leis de Nomenclatura. De acordo com a ótica da ciência biológica a definição de raça consiste em um grupo endogâmico, incluindo subgrupos taxonômicos como

as subespécies, taxonomicamente subordinando as espécies e superordenado a uma subraça, marcado por um perfil pré-determinado de fatores latentes de traços hereditários. (LINEU, 1778).

A antropologia também contribuiu com dissertações acerca do termo raça e sua produção teve grande impacto no que foi difundido em relação ao termo aplicado aos indivíduos. Levando a discussão aqui proposta para o campo das ciências sociais, iniciamos apresentando o papel da antropologia neste debate. No século XIX a antropologia apresentou um discurso de que os seres humanos eram divididos em 03 estágios: a selvageria, o barbarismo e a civilização (KEESING, 1961). Como consequência foi difundido que existiam superioridades e inferiordades entre as raças, isto é, descrevendo hierarquias entre as raças.

O Evolucionismo Cultural difundia que existia uma unidade psíquica do ser humano, sendo assim, todos os seres humanos passariam por estágios de desenvolvimentos unilineares, isto é, todos os povos passariam unilinearmente por estágios de desenvolvimento sociocultural semelhantes, do mais primitivo modo de vida ao mais complexo (TYLOR, 1871).

Além disto, considerava que as sociedades seriam sujeitas às mesmas leis que regiam organismos dos corpos vivos, e que evoluiriam do estado mais simples para estágios evolutivos mais complexos, isto é, através da cultura que era tomada a partir de “princípios gerais”. Desta forma, as sociedades e, por extensão, as raças estariam em diferentes estágios de progresso. Sendo assim, as diferenças adviriam do resultado do maior ou menor progresso dos povos. Desse modo, seria possível conhecer o passado da humanidade bastando investigar os povos mais “primitivos” (TYLOR, 2009).

O impacto da perspectiva das teorias Evolucionistas foi visto em diversas obras seja de caráter científico literário etc., autores como Euclides da Cunha (1903), Nina Rodrigues (1932) e Sílvio Romero (1888) consideravam a miscigenação um dos motivos da suposta inferiorização da sociedade brasileira. Influenciados por estas ideias, muitos intelectuais adotaram doutrinas racistas para explicar o atraso brasileiro: a miscigenação, o grande número de negros e mulatos na sociedade nos impediriam de alcançar o “progresso”, a “civilização”.

Vemos aqui que a ciência forneceu respaldo para a consolidação de teorias e práticas racistas que regeram diversos campos da nossa sociedade. Sabemos que a ciência tem um papel extremamente importante para diversos comportamentos dos indivíduos, sendo assim, a partir do momento em que se disserta através de uma ótica que torna negativa as diferenças no que tange ao fenótipo, cultura, religião, hábitos, entre outras coisas, teremos um impacto também negativo em relação aos indivíduos que são tidos e postos como inferiores.

A antropologia contemporânea considera a corrente do evolucionismo uma pseudo-ciência, não com o intuito de subestimar os pensadores que seguiram esta corrente, mas com o objetivo de repensar o papel da antropologia em frente ao seu objeto de estudo: o indivíduo (MUNANGA, 2003). Além disso, a nova forma de pensar a antropologia busca abrir mão do eurocentrismo, ou seja, abrir de preconceitos quando se tem contato com o outro, buscando respeitar as diferenças de cada subjetividade e por consequência de cada povo.

Diante das apresentações feitas neste trabalho em relação ao termo raça, pude refletir que a responsabilidade de estudo para este termo deve ser feita a partir de uma ótica que não possua pressupostos tendenciosos, além de demonstrar a extrema importância das ciências sociais como área de estudo de diversos fenômenos sociais, inclusive no que diz respeito às raças dos indivíduos. Na fala de Munanga podemos entender o porquê da classificação de indivíduos através de raças e da importância de se debruçar sobre esta temática:

“Por que então, classificar a diversidade humana em raças diferentes? A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo. A classificação é um dado da unidade do espírito humana”. (MUNANGA, 2003, p. 03)

A partir das ciências sociais neste trabalho o caminho utilizado como viés de análise da pesquisa de campo é a linha do conceito analítico que consiste em ter o sentido do que é estudado no mundo prático, isto é, o contexto é que dá significado e relevância para o tema estudado.

O conceito analítico é aplicado para o estudo de raças, pois através do viés biológico o tema não possui importância, pois as características genéticas e biológicas

não hierarquizam os indivíduos, entretanto, na prática analiticamente falando, dentro de um contexto social, a raça se torna fator de hierarquia, pois ela é uma construção social. Acerca dessa contextualização dos estudos sobre raça os autores Pinho & Sansone (2008) dissertam:

“ [...] as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica” (PINHO & SANSONE, 2008, p.65).

Através desta ótica queremos dizer que a raça é importante de ser discutida dentro do contexto de uma sociedade que é construída com a ideia de que existem indivíduos inferiores em relação aos outros pelo simples fato de não fazer parte de um grupo que possui características, sejam essas físicas, culturas, religiosas, etc., que sejam consideradas como superiores, evoluídas, avançadas, etc., porque ela é um fator que explica a condição social, política e cultural de diversos grupos compostos por estes indivíduos que são inferiorizados.

O impacto de como o termo raça é definido pelas diversas óticas científicas pode ser desastroso se tratado com estigma em cima dos indivíduos que são colocados a margem da sociedade a partir do momento em que são considerados ou se reconhecem como pertentes a determinadas raças.

Em nosso país, os indivíduos que carregam consigo este estigma são os indígenas e os negros que enfrentam as dificuldades de terem sua cultura, religião, estética, fenótipos entre outras coisas, depreciados por uma estrutura social que corrompe sua raça a partir de um viés tendencioso.

1.3 Racismo

Muito se fala sobre racismo em diversos campos da sociedade, inclusive sobre a sua suposta inexistência. Neste capítulo abordaremos a definição do termo racismo e o impacto no contexto social, econômico, político e cultural dos grupos que são marginalizados e sofrem seus efeitos.

Quando passamos a analisar o quesito raça a partir do viés sociológico do conceito analítico, isto é, a partir da perspectiva da prática chegamos ao primeiro problema social que tentaremos compreender durante este trabalho, o racismo. A partir dele se desencadeia uma série de sintomas que serão debatidos mais adiante.

Mas afinal de contas, o que é racismo? Racismo de acordo com Munanga (2003) é um sistema de hierarquização que discrimina o indivíduo a partir de suas características raciais e étnicas, é a forma de valoração de determinados indivíduos a partir dessas características. Em termos biológicos, o racismo pode se apresentar como genótipo ou fenótipo. Nas palavras dele:

“Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence”. (MUNANGA, 2003, p. 08)

O racismo é um sistema de opressão enraizado na estrutura social que coloca à margem da sociedade indivíduos que são considerados e/ou se declaram pertencentes a raças que são tidas como inferiores.

Na experiência brasileira o racismo é pautado na questão do fenótipo, ou seja, de acordo com as características físicas do sujeito, isto é, cabelo, traços faciais, formas corporais e cor da pele, neste último a variação da quantidade de melanina na pele influência na variação de como o racismo é praticado com o sujeito, em outras palavras, quanto mais retinto o indivíduo for, mais suscetível a passar por situações discriminatórias de cunho racial este sujeito está. (CARVALHO, 2011).

A origem do racismo em nosso país pode ser considerada a partir do momento da colonização europeia, onde os portugueses desembarcam no Brasil e impuseram seus hábitos culturais, religiosos, sociais, políticos entre outros (RIBEIRO, 1995). Além disso, os portugueses determinaram aos índios a imagem de bárbaro, selvagem, imagem esta que, por sua vez, infelizmente, reverbera até hoje, justamente, por conta de uma das faces do racismo: O estigma sobre a população oprimida. Outro aspecto é que os portugueses escravizaram os índios com o objetivo de ter mão de obra para a exploração e dominação do território brasileiro. Os índios não aceitaram de maneira pacífica a escravidão e lutaram contra ela, como consequência de sua resistência muitos foram mortos pelos portugueses, outro fator que tirou diversas vidas indígenas foram as doenças como varíola e sarampo.

Nas palavras de Darcy Ribeiro a chegada dos portugueses ao Brasil trouxe inúmeros problemas em diversos ambitos:

“Embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era superagressivo e capaz de atuar destrutivamente de múltiplas formas. Principalmente como uma infecção mortal sobre a população preexistente, debilitando-a até a morte. Esse conflito se dá em todos os níveis, predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indígenas. No ecológico, pela disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouros” (RIBEIRO, 1995, p. 30).

Para suprir a demanda de mão de obra que não era mais atendida pela população indígena, uma vez que os portugueses já haviam dizimado significativa parte da população de índios, os europeus iniciaram o tráfico negreiro onde os negros africanos foram trazidos em condições desumanas ao Brasil.

Mais uma vez o racismo mostrou sua face, isto se explicita a partir dos argumentos utilizados pelos portugueses para justificar o tráfico e o trabalho escravo tanto por parte da população indígena, quanto por parte da população africana. Os portugueses consideravam as duas populações, indígenas e africanas, inferiores a eles, os motivos vão desde a cultura, o modo como viviam até a religião que professavam.

Os argumentos por parte dos europeus diziam que negros e índios não possuíam almas, isto porque eles não pertenciam à religião cristã e, portanto, não seriam salvos por Cristo e chegariam ao céu. Índios e negros eram também bestializados e considerados selvagens pelos portugueses, o motivo para a construção dessa visão era pelos hábitos diários os índios, o fato, por exemplo, dos índios não usarem roupas como as vestes europeias.

O modo da organização social destes dois povos era considerado primitivo pelos europeus e por conta disto os portugueses instauraram um sistema de opressão se colocando no topo e escravizando a população indígena e africana. Isto mostra como o racismo, antes mesmo de ser um termo utilizado pelas ciências que tenta entender os fenômenos sociais, já existia e se tornava o alvo das populações que eram postas às margens da sociedade por conta de pertencerem a determinados grupos raciais.

Mesmo com a abolição da escravatura em 01 de maio de 1888 continuamos colhendo os amargos frutos do racismo em nossa sociedade brasileira atual. As consequências do período colonial respingam até hoje sobre a população indígena e

negra em nosso país e isto podemos ver nos números apresentados por pesquisas realizados por órgãos como IBGE e IPEA, por exemplo.

De acordo com o Painel de Indicadores do SUS (2016), o racismo pode ser dividido em duas categorias a primeira é o racismo interpessoal, a outra categoria é o racismo institucional. A primeira diz respeito aos comportamentos do âmbito das relações pessoais, quando indivíduos discriminam outros por considerarem os segundos de raças subalternas, isto é, diz respeito a comportamentos discriminatórios, ou seja, comportamentos hóstis, desrespeitosos e excludentes, que ocorrem entre as relações dos indivíduos, além disso, diz respeito, também, a julgar competências e habilidades de acordo com a raça que o indivíduo pertence (JONES, 2016).

A segunda categoria, a Institucional, refere-se ao tratamento que o Estado, sendo assim as instituições oferece às pessoas de raças estigmatizadas. Quando este tratamento deixa lacunas, demonstra o fracasso das instituições e organizações em prover serviços profissionais e adequados aos indivíduos de raças, culturais, religiões, etc., estigmatizadas. Este tipo de racismo se manifesta em comportamentos, práticas e normas discriminatórias adotadas em ambientes de trabalho, por exemplo, e são motivados por crenças em esteriótipos racistas (JONES, 2016).

O racismo também dificulta o acesso aos direitos básicos como educação e saúde, por exemplo, para a população negra é algo mais restrito a ponto de ser colocado como privilégio para parte desta população que tem oportunidade de desfrutar destes serviços básicos. Segundo o Painel de Indicadores do SUS:

“O racismo é um fenômeno cuja dinâmica é atualizada ao longo do tempo nas estruturas da sociedade. Os significados que ele reproduz incidem sobre o tratamento dado aos grupos raciais, influenciando os acessos e as oportunidades. Desta forma, o racismo cria e/ou potencializa as vulnerabilidades, impondo barreiras de acesso a direitos ou negligenciando necessidades.” (Painel de Indicadores do SUS, 2016, p. 13).

De acordo com os dados do “Todos pela Educação” o acesso à escola por parte da população que se declara preta ou parda é desigual em relação aos brancos no Brasil. Apesar de negros, os que se declaram pretos e pardos, no Brasil serem maioria, o número de presença em salas de aula ainda é inferior em relação aos brancos como apontam os seguintes dados:

“A taxa de analfabetismo é 11,2% entre os pretos; 11,1% entre os pardos; e, 5% entre os brancos. Até os 14 anos, as taxas de frequência escolar têm pequenas variações entre as populações, o acesso é semelhante à escola. No entanto, a partir dos 15 anos, as diferenças ficam maiores. Enquanto, entre os brancos, 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio,

etapa adequada à idade, entre os pretos esse índice cai para 55,5% e entre os pardos, 55,3%”¹

No âmbito da saúde os dados também são alarmantes em relação ao acesso da população negra aos serviços ofertados. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde:

“A discriminação no sistema público de saúde é mais sentida por negros do que brancos, segundo números da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) revelada em maio, e isso mostra que ela tem caráter racial. De toda a população branca atendida, 9,5% saem da unidade hospitalar com o sentimento de discriminação. O percentual é maior entre pretos (11,9%) e pardos (11,4%), ambas nomenclaturas adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cuja soma representa a população negra. Menos pretos e pardos saem com avaliação “boa” ou “muito boa” do atendimento, 70,6% e 69,4%, em relação aos brancos, 73,5% deles satisfeitos.”²

Como vimos acima o racismo impacta em todos os âmbitos que regem uma sociedade através de seu sistema de opressão que coloca uma raça como subalterna em relação à outra, fazendo assim, com que os indivíduos sejam postos a margem da sociedade. Esta imagem estigmatizada e inferiorizada de determinadas raças afeta os indivíduos em relação às suas subjetividades como veremos mais adiante neste trabalho.

1.4 Identidade

A definição do conceito e a forma como se constrói a identidade do indivíduo gera um amplo e complexo debate, diversas óticas da ciência se debruçaram sobre o assunto: antropologia, sociologia, política, filosofia, etc., e destas diversas perspectivas surgiram vários pensadores com inúmeras teorias a respeito do tema.

Sobre este aspecto, Boaventura (1993) afirma que a identidade é plural e existem hierarquias entre as diferenças que estas identidades possuem, esta hierarquização leva ao questionamento do indivíduo em relação a sua identidade e, de certa forma, ao fazer esta indagação o indivíduo se coloca no lugar de subordinação em relação a outro indivíduo que dentro da hierarquia possui uma posição tida como superior, por isso ele afirma que a identidade é semi-fictíciae semi-necessária.

¹ Informações retiradas do site EBC Agência Brasil
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo> acesso realizado em 07/01/2018.

² Informações retiradas do site EBC Agência Brasil
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo> acesso realizado em 07/01/2018.

Com os termos semi-ótica e semi-necessária o referido autor quer dizer que a identidade sofre influências e variações que vão de acordo com o meio político, econômico, social e cultural em que o indivíduo está inserido. Para exemplificar este ponto, o autor cita que artistas europeus não necessitam indagar a respeito de suas identidades, no entanto, artistas latinos americanos e africanos, por exemplo, levantam esse questionamento. (BOAVENTURA, 1993).

Neste sentido, Boaventura coloca a identidade como semi-fictícia, porque para quem a “solicita” a identidade se apresenta como uma ficção necessária para este indivíduo. Pontua que o debate acerca do que é identidade não é recente, e para ele, a modernidade nasceu dessa discussão. Isto quer dizer que, dentro da modernidade um dos conceitos a ser discutido sobre identidade é a subjetividade. Essa subjetividade advém do florescimento do período renascentista, durante esta época surgiram diversas perspectivas a respeito da construção da subjetividade.

Por esta ótica, o mesmo autor destaca dois desses vários pontos de vista: a subjetividade individual e a subjetividade coletiva. A subjetividade individual para ele, refere-se ao vazio sentido pelo indivíduo em relação à identidade que o Estado moderno não é capaz de suprir, isto porque a subjetividade antes era afirmada através das teorias da soberania. E a subjetividade coletiva consiste na concepção concreta e contextual da subjetividade e uma concepção abstrata, isto é, conjuntura em que o indivíduo está inserido e a ideia que terceiros tem a respeito de sua identidade.

Além disso, o autor disserta sobre a relação entre identidade, mercado e Estado liberal, para Boaventura, o espaço conquistado pela subjetividade individual possui relação direta com o princípio de Locke e Adams de propriedade privada e de mercado. Isto é, com a ascensão da ideia de individualidade proposta pelos conceitos liberais de Estado e mercado, o sujeito tem a sua identidade moldada de acordo com as vontades do sistema econômico e político. Sendo assim, o indivíduo que não corresponder a esse esquema de identidade pautado no mercado e Estado liberal será colocado à margem dessa estrutura “porque o seu comportamento se desvia abissalmente das normas da fé e do mercado” (BOAVENTURA, 1993).

Hall (1992) que inicia a discussão sobre identidade a partir do conceito “crise de identidade”. Segundo ele, o conceito de “crise de identidade” é o reflexo das mudanças estruturais na construção de identidades. Ou seja, as identidades que por longos tempos

se apresentavam de determinada forma, estão sofrendo mudanças por conta das modificações nas estruturas sociais, essas mutações levam a fragmentação das identidades que antes eram entendidas como algo unificado. Sobre essa crise de identidade o autor diz:

“Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.” (HALL, 1992, p. 09).

Além da questão da “crise de identidade” Hall argumenta na forma como a identidade é construída e como a estrutura social impacta nessa construção. O autor chama esse processo de “modelo sociológico interativo”. O modelo sociológico interativo é a forma como o mundo exterior é internalizado pelo indivíduo e como o mundo interior do indivíduo é apresentado ao mundo exterior, isto é, a forma como a relação entre sociedade e indivíduo é uma via de mão dupla.

Hall diz que o modelo sociológico interativo permite que o indivíduo esteja em permanente estado de mudanças, mantendo o fluxo contínuo entre externo e interno. Por esta razão as questões políticas, econômicas, sociais e culturais têm capacidade para interferir na subjetividade do indivíduo, pois existe uma internalização do externo por parte do sujeito.

Outro ponto abordado pelo autor é a globalização como agente influenciador na relação mundo exterior, identidade e subjetividade. O processo de globalização hegemônica nas sociedades modernas consiste em ser um fenômeno de interligação que abrange o setor econômico, político, social e cultural. Ela busca a fusão mundial de mercado para que, por fim, propicie ao capitalismo o lucro. Entretanto essa fusão perpassa o sistema econômico e reflete em todos os setores da sociedade, impactando, principalmente, no sócio-cultural das sociedades.

Esse impacto gera uma sobreposição de uma cultura em detrimento de outra, isto quer dizer que a globalização tem como efeito colateral: a hierarquização de culturas, esta hierarquização por sua vez ocorre com o fim de lucros, uma vez que existe um rodízio na exaltação de determinados símbolos culturais e de determinadas culturas.

A respeito deste fenômeno Stuart Hall pontua: “As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno cultural”“.

A partir dos conceitos de raça, racismo e identidade apresentados anteriormente, podemos iniciar uma reflexão sobre a forma como a identidade da mulher negra é construída dentro de uma estrutura social racista. Pensando na forma que a estrutura impacta na subjetividade do indivíduo, seja pela linha de pensamento de Boaventura ou de Stuart Hall, podemos identificar que existe uma forte influência que pode gerar resultados positivos ou negativos na forma como a pessoa se auto identifica e constrói sua auto percepção.

Em nosso objeto de estudo, o cabelo crespo/cacheado da mulher negra, podemos notar o comportamento dessas mulheres de recorrer a alisamentos químicos na tentativa de se enquadrar em um símbolo estético, o cabelo liso, de uma cultura tida como superior. Isto quer dizer que aplicando a lógica da globalização e sua influência na cultura que tenta transformar as culturas algo homogêneo invisibilizando a diversidade, resulta na construção de culturas tidas como superiores e/ou inferiores em relações as outras, que por sua vez desencadeia determinados comportamentos de indivíduos que não são contemplados pela cultura que está na posição alta da hierarquia.

No exemplo brasileiro as identidades que são consideradas superiores é a do europeu, uma identidade do colonizador que tem o reforço de sua supremacia através das elites. Neste cenário é reservado à identidade da população negra o lugar da subalternidade.

Como já vimos anteriormente nesta produção, o negro chegou ao Brasil através do tráfico negreiro com o objetivo de ser mão de obra no mercantilismo português vigente na época. Este povo quando arrancado de suas origens trouxe consigo sua cultura, religião, e aspectos sociais e econômicos que compunham a identidade negra. No entanto, como vimos na explanação aqui feita sobre identidade, o contato com o mundo externo, isto é, com a sociedade que o cerca, influencia e contribui para a formação da subjetividade de cada indivíduo.

A partir do contato do negro com o Brasil colônia, portanto, surgiria a construção de uma nova identidade, afinal, o mundo externo foi assimilado pelo negro

para a construção de um mundo interno e coletivo, este segundo, sendo construído a partir do contato com outros indivíduos que se viam na mesma situação de negro, escravo e ser retirado de suas origens.

Tendo em vista este cenário impregnado de estigmas e sendo moldado pela ótica eurocêntrica do colonizador o resultado da construção de identidades seria desastroso no sentido de autoimagem criada pela população negra. Isto quer dizer que, a raça negra e, portanto, os indivíduos negros dentro do contexto brasileiro foi subjugado desde os tempos da colonização, no período escravocrata os negros eram considerados sem alma, bichos, selvagens, a população foi bestializada. Diante destes fatos, a população mesmo que lutando com resistência, internalizou o estigma e criou a autoimagem negativa que é vista até hoje em nossa sociedade.

1.5 A construção da Negritude

De acordo com a literatura pesquisada a população negra incorporou elementos da branquitude em sua cultura, como forma de tentativa de ser aceito e reconhecido enquanto cidadão pertencente à sociedade. No entanto, não foi aceito pela elite branca a inserção da população negra no que diz respeito à estrutura social como um todo. (MUNANGA, 1988).

Toda esta situação de inferiorização da cultura negra articulada pela elite brasileira não foi aceita de maneira pacífica. A população negra conscientizada da importância de seu papel na construção deste país e do reconhecimento enquanto cidadãos com deveres e, principalmente, direitos tomaram a rédea de sua história, cultura, religião e identidade. Assim vemos o fenômeno social da negritude acontecer. Sobre este fato Munanga disserta:

“Esta recusa de integração que se traduz na manutenção da desigualdade por parte do dominador branco, provoca a revolta do negro e, finalmente, a ruptura com o sistema escravocrata e colonial. O negro se dá conta de que a sua salvação não está na busca da assimilação do branco, mas sim na retomada de si, isto é, na sua afirmação cultural, moral, física e intelectual, na crença de que ele é sujeito de uma história e de uma civilização que lhe foram negadas e que precisava recuperar. A essa retomada, a essa afirmação dos valores da civilização do mundo negro deu-se o nome de "negritude".” (MUNANGA, 1988, p.111)

A negritude se apresenta, portanto, como a expressão da valorização da cultura e identidade negra. Seu berço é estadunidense, logo após passou pela Europa onde chegou

a França e ganhou consistência como movimento, depois chegou na África e Américas, chegando no Brasil.

O afro-americano Du Bois (1868-1963) foi um dos primeiros a adotar o discurso de orgulho racial negro, logo seu discurso ganhou notoriedade e assim, foi considerado patrono do pan-africanismo. A origem do termo negritude é francesa, e no início do século XX tinha uma conotação pejorativa. O objetivo do movimento era justamente inverter este significado e tornar o termo negritude sinônimo de orgulho a tudo que dissesse respeito à cultura e identidade negra.

“Até essa época considerava-se positivo apenas, os modelos culturais brancos que vinham da Europa. Para rejeitar esse processo de alienação, os protagonistas da ideologia da negritude passaram a resgatar e a enaltecer os valores e símbolos culturais de matriz africana” (DOMINGUES, 2005, p. 05).

A população negra e sua cultura seriam agora, mais do que anteriormente, apesar de sempre haver resistência negra, enaltecida e vista a partir do viés positivo, a autoimagem seria construída a partir de alicerces que contavam a importância do negro nas sociedades. Abandonando assim a imagem depreciativa que os negros carregaram graças ao imaginário social difundida pelos europeus.

“Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista e de classes. Esta não é a solução que devemos aceitar como se fora mandamento inelutável. Confiamos na idoneidade mental do negro e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida, fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. Enfim reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado” (NASCIMENTO, 1968).

O movimento negritude de uma forma geral foi difundido pelos intelectuais negros, portanto, era composto por escritores, intelectuais, músicos, artistas, etc. Por ter sido idealizado e difundido por pessoas mais próximas das elites, o movimento negritude foi alvo de críticas que teciam argumentos que diziam que o movimento não atingia as massas africanas que, por sua vez, permaneciam reproduzindo a lógica de branqueamento imposta pelos colonizadores.

Em nosso país a negritude teve como precursor Luís Gama, advogado e abolicionista, porém, as ideias da negritude foram difundidas na década de 1940 pelo

TEN, Teatro Experimental do Negro, em um período em que os pensamentos da negritude estavam borbulhando.

Dentro da experiência brasileira, também, houveram críticas a negritude, isto porque os intelectuais que faziam parte do movimento nunca apresentavam medidas efetivas para a subalternação que era imposta à população negra, apesar do movimento ter cunho político, filosófico e cultural.

Capítulo II – Conceito de Estética e a Relação com a Subjetividade

2.1 Estética e o Belo

A origem da palavra estética é grega “aisthetiké” que significa “aquele que nota, que percebe”, diz respeito à nossa capacidade de receber impressões sensíveis dos objetos que nos cercam, nossa capacidade de sermos afetados, através dos cinco sentidos, por esses objetos. Estética é, também, conhecida como a filosofia da arte, ou estudo do que é belo nas manifestações artísticas e naturais (BAYER, 1998).

A discussão e conceito de belo anda estreitamente com a discussão acerca da definição de estética, o belo é um conceito que muda de acordo com a sociedade, isto é, muda de acordo com o contexto em que está inserido. O pioneiro a debatar o assunto foi Platão, para ele o belo é identificado como o bem, como verdade e a perfeição (CHIES, 2008).

Para Aristóteles (1993) o belo não tem como ser desvinculado do home, pois está em nós, além disso, a beleza, para ele, é encontrada na simetria, é o símbolo do perfeito. Outro aspecto apontado por ele é que o belo não vem do externo, mas de características admiráveis como a virtude, a coragem, entre outras. De acordo com a literatura de Sócrates o belo é aquilo que é útil e somente enquanto é útil, inclusive as coisas feias podem ser belas, desde que tenham utilidade. (BAYER, 1995).

Com o caminhar da humanidade o conceito de belo muda de acordo com cada civilização, isto é, o conceito de beleza está em constante processo de mutação, por isso, o conceito de beleza não deve ter influências de lógica mercantil, pois assim se tornam imposições esterotipadas que despreza a subjetividade dos indivíduos, impedindo que a verdadeira identidade de cada sujeito seja manifestada (MATARAZZO, 1998).

Demonstrando a mutação do conceito de beleza ao longo dos séculos, citaremos algumas civilizações e seus padrões de beleza.

Os egípcios foram os precursores do culto a beleza, fazendo uso de cosméticos para embelezamento do corpo. Os antigos hebreus possuíam várias técnicas de asseio e cuidados com a pele, os Gregos nos passaram o gosto pela harmonia pelo equilíbrio perfeito e pela proporção das formas, o ideal grego perpetua até os dias de hoje em diversas sociedades, eles possuíam amor pela perfeição, pelo equilíbrio entre mente e corpo e buscavam sempre estar dentro das definições destes conceitos (D'ANGELO; LOTZ; DEITZ, 2011).

Os antigos romanos e os asiáticos também possuíam suas técnicas voltadas para o culto da beleza do corpo, pele e cabelos. Na idade média o padrão de beleza estabelecido era preenchido por mulheres de pele bem brancas e ar virginal, neste período a igreja católica possuía grande influência sobre a sociedade, e isto era refletido na estética vigente (D'ANGELO; LOTZ; DEITZ, 2011).

A partir do século XX a estética e o belo passam a ter a padronização de uma maneira mais global e menos espaçada, as tendências do que é belo passam a ter vigência por décadas, não mais por séculos como aconteciam as civilizações citadas acima (KURY; HANGREAVES; VALENÇA, 2000).

Homens e mulheres são submetidos, desde os tempos antes e durante a idade média, à estética vigente e a padronização do contexto das sociedades em que vivem. No entanto, as mulheres são imensamente mais atingidas pelos padrões estéticos, isto porque sofrem com a relação de poder existente das relações homem X mulher, pelo patriarcado, machismo e sexismo que existem nas estruturas sociais.

Nas sociedades contemporâneas os corpos perdem o significado de templos, e ganham significado de objetos de mercado. Com a expansão da industrialização e a globalização, além do processo de aculturação entre as sociedades, onde as culturas se difundem e se permitem, a indústria fez do corpo um nicho de mercado. Aos corpos femininos foram atribuídos a estética da magreza, cabelos longos e lisos, peles claras, etc (MATARAZZO, 1998).

A estética, como aqui já vista, muda de acordo com o contexto em que está inserida, e com o advento do mercado a padronização a partir da estética do belo ficou

mais severa, como aqui, também, já foi apresentado, as mulheres sofrem mais com a rigidez do padrão estético.

A estrutura social brasileira foi forjada sobre moldes escravistas que eram justificados através do racismo, como também já expomos aqui. Sendo assim, a estética sempre foi pautada sobre aos vieses racistas da sociedade, com isto, os negros e sua estética e beleza sempre estiveram à margem da estrutura.

Conforme a literatura que foi levantada a estética tem poder e influência sobre as construções das subjetividades, desta forma se determinado estético de beleza é enaltecido em detrimento de outro, a subjetividade dos indivíduos que têm sua estética inferiorizada são forjadas com baixa autoestima, consequentemente, é gerado um sentimento de auto-ódio, inferiorização e isto pode refletir em diversos campos das vidas destes indivíduos prejudicando suas relações interpessoais (BARTHES, 1982).

2.2 Estética Negra

Se a estética do belo está relacionada com a forma como a sociedade determina o que é beleza, e se essa forma em algumas estruturas sociais tem caráter de cunho racista, a exemplo do Brasil, a estética tem influencia sobre a construção das subjetividades, como as individualidades negras no Brasil estão sendo construídas?

Este é o principal debate proposto por esta obra: a forma como a estética moldada por lógicas de exclusão interferem no comportamento dos indivíduos. Uma vez que o padrão estético da sociedade brasileira sempre foi o europeu, branco, cabelos lisos, corpos magros, traços “finos” nos rostos, as pessoas que não estão inclusas nesses padrões estéticos de beleza são marginalizadas, são tidas como feias, como inferiores e isto afeta diretamente a subjetividade delas. Nas palavras de Gomes:

“O corpo humano e seu fenótipo forneceram os dados a partir dos quais foram formuladas teorias que escalonaram os seres humanos. Delegaram às chamadas raças brancas o lugar de paradigma de beleza, o ápice da pirâmide estética e relegou às raças não brancas, especialmente a negra, a base da sua hierarquização — pode-se citar outras esferas da hierarquização como as das qualidades morais e intelectuais. Neste sentido, percebemos que características físicas são lastro, substrato material de qualquer processo de construção identitária, especialmente num jogo imbricado onde raça, cor e estímulos misturam-se e colocam os negros em severas desvantagens representacionais” (GOMES, 2015, p. 08).

Os negros com suas peles cheias de melaninas, cabelos crespos e cacheados, corpos voluptuosos, traços mais “grossos” em seus rostos não se encaixam na estética

da beleza imposta pelo padrão, a consequência é a desvalorização de sua estética do belo e a consequente associação pelo próprio negro de que suas características não são bonitas.

As mulheres sofrem mais com as padronizações estéticas impostas, portanto no grupo marginalizado as mulheres negras sofrem mais com a severidade dos padrões de beleza. Em especial por conta do cabelo, elas são motivo constante de chacotas e ridicularização que vão desde a infância à fase adulta.

A estética negra vem em contra partida a padronização da estética pautada na beleza europeia. Ela enaltece os traços negros e tudo que diz respeito à beleza negra, como tranças longas, tranças nagôs, turbantes, cabelos crespos, peles escuras, corpos voluptuosos, traços faciais negros, etc. Valorizar as características negras, mostrar que também existe beleza nela e fortalecer os indivíduos negros se tornam o foco da estética negra enquanto movimento social. De acordo com os apontamentos de Nilma:

“O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos”. (GOMES, 2012, p. 02)

A resistência, então, é um dos objetivos da estética negra, pois ela se apresenta contra a lógica hegemônica da estética. Através de seus corpos e seus cabelos, os negros cultuam suas belezas com penteados, roupas, acessórios entre outras coisas.

2.3 Cabelo como Objeto de Resistência nos EUA

O cabelo como objeto de resistência contra a lógica hegemônica do padrão de beleza eurocêntrico é algo antigo nos movimentos negros. O movimento “Black Power” tem início na década de 1920 ele continha propostas políticas, sociais e culturais envolta do universo da população negra, Marcus Garvey, um comunicador, empresário e ativista jamaicano surge como precursor do movimento. A beleza negra é exaltada, cabelos crespos ganham força neste contexto.

Na década de 1960 nos EUA o “Black Power” ganha notoriedade na luta dos direitos civis, assim como no Brasil, os EUA possui um passado de economia pautada na mão de obra escrava, ao termino do período da escravidão, mais uma vez como no Brasil, os negros não possuíam direitos garantidos, muito menos políticas públicas

voltadas para a reparação dos danos causados a população negra pelo período escravocrata.

Em 1964 surgiram os direitos civis que além de não garantir nenhum direito ao indivíduo negro americano, o diferenciava do branco. Neste cenário surge uma guerra civil americana, pois os negros não aceitaram pacificamente esta situação e passaram a lutar por seus direitos. Ainda neste mesmo ano, após discursos e articulações do movimento negro estadunidense, passou-se a considerar negros e brancos cidadãos iguais perante a lei.

A mudança de pensamento racista, no entanto, não foi alcançada tão rapidamente e com tanta eficácia, o comportamento da sociedade americana continuava o mesmo em relação aos negros, isto é, a população negra continuava fadada ao papel de subalternidade. Em 1966 surge na cidade de Oakland, Califórnia, o Partido dos Panteras Negras, uma organização política extraparlamentar socialista norte-americana e com ligação ao nacionalismo negro, fundado por Huey Newton e Bobby Seale, os panteras negras se mantiveram ativos até 1982.

O partido tinha como objetivo patrulhar os guetos americanos para proteger a população negra da brutalidade policial, posteriormente, o partido cresceu e ganhou novas finalidades, tornando-se um grupo revolucionário marxista. Eles possuíam o programa 10 pontos que descrevia quais eram as reivindicações do partido e de seus membros.

Em seu auge os Panteras Negras tiveram cerca de mais de 2 mil membros e com tanta notoriedade acabou sendo perseguido pelas forças governamentais estadunidenses. Houveram diversos confrontos com os policiais e vários membros do partido foram mortos, assim, o enfraquecendo. Além disso, a simpatia do público pelos líderes do partido, também, foi abrandando contribuindo para a queda do partido.

Na década de 1970 com a despencada de popularidade, a repressão policial e a caça realizada pelo FBI, o partido dos Panteras Negras volta ao objetivo principal do grupo quando foi formada e se volta prestação de serviços sociais à população negra.

Dentro deste contexto de lutas por direitos civis, ações violentas contra força policial bruta e reivindicações de reconhecimento histórico e importância da atuação da população negra na construção da sociedade americana, o cabelo, também, é um

objeto de luta. A população negra utilizava os cabelos naturais como forma de enaltecer a beleza negra e mostrar que o que é negra também é belo.

Em um contexto em que ser negro é sinônimo de ser marginalizado pelos seus traços, corpo, cabelo, cultura, religião, forma de se vestir e de se expressar, o cabelo ganha notoriedade na luta como forma de resistência.

2.4 Cabelo como Objeto de Resistência no Brasil

No Brasil não foi diferente, a população negra também se articulou e lutou contra as injustiças herdadas do período escravocrata. Apesar de não termos um partido a exemplo do que foi o Partido dos Panteras Negras nos EUA, o movimento negro unificado sempre esteve presente em luta nas pautas no que diz respeito aos negros no Brasil.

Formação da identidade brasileira tem, obviamente, contribuição importante da população africana, uma vez que os negros africanos foram trazidos para o Brasil para servir de mão de obra escrava e, apesar, de não serem incluídos nos processos que dizem respeito à cidadania brasileira, os negros sempre estiveram presente no processo de construção da sociedade brasileira.

(...) estruturas hierárquicas, administrativas, jurídicas e classificações sociais. Os avançostecnológicos alcançados no continente africano, como as plantações com tecnologias avançadas para época, a criação de gado, a metalurgia, o comércio, a escrita, as formas de manifestação artísticas e o urbanismo utilizado nos centros urbanos forneceram mão de obra especializada para aqueles que compravam mão de obra escrava. Além das formas de organização política, as distribuições territoriais e as diferentes formas de elaboração intelectual constituem heranças importantes no processo de incorporação da população africanizada escravizada à população do Estado em formação (SANTOS, 2006, p. 07)

A identidade brasileira, no entanto, é elitista, sendo assim, não reconheceu e relutava até os dias atuais para reconhecer a importância do negro para a sociedade como um todo. Na construção da identidade brasileira o negro sempre surge no papel de escravo e são ignorados todos os símbolos de sua cultura que foram incorporados a cultura brasileira.

Nas aulas de história sempre somos ensinados como o Brasil foi descoberto pelos portugueses, e como o nosso idioma se transformou a partir do idioma europeu, como os nossos hábitos surgiram a partir dos modos portugueses, entre outras coisas. O fato de toda a cultura negra ser ignorada prova, mais uma vez, que a construção da

sociedade e da identidade brasileira foi forjada em moldes racistas. De acordo com Luane:

“A identidade negra como qualquer identidade acontece no processo de contraste, nasituação em que haja diferença. Ela comumente ocorre nos processo de conflitos e discriminações, precisa do diferente para existir e o diferente no caso é o branco. Mas como uma identidade subjugada ela opera nas transformações do cenário político porque a partir do momento em que é estabelecida transforma paradigmas”. (LUANE, 2010, p.21)

O enfrentamento a realidade racista encarada pelo negro aconteceu sempre em diferentes momentos da história. Como já citado aqui anteriormente após o período escravocrata não houve nenhum tipo de inclusão dos negros na sociedade, ou algum tipo de política publica de reparação aos danos causados aos negros por conta da escravidão, isto mesmo com o inicio do novo sistema político: a república.

Além de não ter tido algum tipo de sistema de reparação e política de inclusão, houve uma marginalização da população negra:

“(...) seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus.” (ANDREWS apud. DOMINGUES, 2007, p. 26).

Na luta contra a marginalização a população negra, ex-escravos, libertos e seus descendentes, criou grêmios, cubes ou associações com o intuito assistencialista, recreativo e/ou cultural. Essas organizações possuíam um número considerável de negros associados. Havia também as associações compostas estritamente por mulheres negras.

Concomitante a essas associações surgiram também a denominada impressa negra, que se tratava de jornais elaborados e produzidos por negros que tinha pretensão de atender a esta população passando a informação de forma que atendesse aos negros.

“Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas” (DOMINGUES & SILVA apud. DOMINGUES, 2007, p. 26).

Apesar de haver bastante movimentação por parte dos negros, o movimento negro unificado ainda não possuía um discurso político consistente e que abarcasse as reivindicações e de demandas dos negros e negras brasileiros.

Este cenário teve mudança com a fundação da Frente Negra Brasileira em São Paulo em 1931, que possuía um discurso mais deliberado em relação às reivindicações políticas, além disso, a FNB era considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares. Outro aspecto a ser ressaltado é que a FNB foi a organização negra com maior notoriedade conseguindo transformar o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa, além de atingir a marca de mais de 20 mil associados. De acordo com Domingues:

“A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça*”. (DOMINGUES, 2006, p. 106).

Com o surgimento do Estado Novo a repressão contra qualquer tipo de movimento social estava muito incisiva, com isto, a FNB foi extinta. Depois do período do Estado Novo surgiram outros movimentos que também possuíam pautas de demandas da população negra. Outro movimento de grande notoriedade foi o Movimento Negro Unificado.

Em todas estas articulações políticas negras ao longo da história do Brasil sempre esteve presente as mulheres negras, que também possuíam suas associações, grêmios, movimentos, etc., que buscavam lutar pelos seus direitos, enquanto não somente negra, mas também, como mulher.

Em todos estes períodos de movimentos, a estética negra era ressignificada pelos negros, e, portanto, cabelos, hábitos, culturas, estética, roupas, religiões, entre outros, eram motivos de orgulho.

Por estarem inseridas em uma sociedade que é, não somente racista, mas, também, machista e sexista, as mulheres negras sofrem com o alagoz do padrão estético, principalmente, no que diz respeito aos seus cabelos crespos.

Sobre influencia do movimento americano “Black is Beautiful” que levantava a bandeira da beleza negra, chegava ao Brasil, incialmente nas cidades de São Paulo e Rio

de Janeiro, e posteriormente se expandindo por todo o país, uma onda de enaltecimento da estética negra.

“Os negros que trabalhavam neste movimento, visando criticar, desafiar e alterar o racismo, sinalizavam a obsessão dos negros com o cabelo liso com reflexo da mentalidade colonizada. A população saiu às ruas, com os cabelos Black Powers, trançados, ao natural, mostrando o orgulho de ser negro. Essa estética é um reflexo às origens diáspóricas como um dos principais movimentos de resistência à exclusão da população negra”. (CLEMENTE, 2010, p. 8).

Notamos a importância do cabelo na construção da estética negra na assimilação da população negra entre seus cabelos e sua auto-estima, além de se mostrar para a sociedade com o orgulho de serem negros e negras, orgulha de suas histórias.

2.5 O Alisamento dos Cabelos Crespos

Ainda que haja grande movimento que busque dar novo significado a estética negra e transformar as conotações pejorativas em algo positivo e a tentativa de rompimento com a ideia colonizadora e sua hegemonia, uma parte das mulheres negras são influenciadas e reproduzem comportamentos com o intuito de se enquadrarem no padrão branco.

O cabelo crespo tem uma conotação negativa advinda do racismo estrutural. Esta perspectiva é internalizada por esse grupo de mulheres negras, sendo assim, elas em algum dado momento também acreditavam que as suas características eram pejorativas. Através de recursos de alisamentos as mulheres negras se rendem a pressão do embaquecimento de seus cabelos, afim, de se aproximarem de uma leitura branca da sociedade.

“(...) fica perfeitamente clara a afirmação de que, em grande parte das mulheres negras que adotam os diversos tipos de alisamentos são na maioria por terem em sua infância e na adolescência sofridos alguns tipos de preconceitos, assim como as dificuldades enfrentadas por elas no manuseio dos cabelos por serem crespos” (SANTOS, CONCEIÇÃO, BRITO, 2012, p.3).

Os processos de alisamentos passados por mulheres negras fazem analogias aos períodos de escravidão quando a população negra tinham os cabelos raspados, exemplificado a violência sofrida na época na escravidão e nos dias atuais. Outro aspecto é que, em grande maioria, estes alisamentos estão associados a forma pejorativa que parentes, amigos, pessoas próximas e sociedades das mulheres negras enxergam seus cabelos, além disso, este olhar pejorativo é internalizado por essas mulheres.

O alisamento, então, se torna um comportamento compulsório em que o indivíduo é incentivado a realiza-lo em busca da aceitação das pessoas em sua volta, e isto, na maioria das vezes reflete em uma infelicidade e insatisfação com o ato de alisar e com os cabelos alisados, no entanto, a imposição da estética de beleza europeia é tão severa e incisiva que condiciona as mulheres negras aos alisamentos.

Em contra partida e como resposta à imposição da estética de beleza padronizada nos parâmetros europeus, mulheres negras passaram a deixar de utilizarem os produtos químicos e artifícios de alisamento dos cabelos crespos e passaram a utilizar eles naturalmente. A mulher negra ao internalizar a lógica colonizadora da estética capilar rompe com a barreira da estética eurocentrada e inicia um processo de afirmação e valorização da identidade negra.

2.6 Rompendo com a Lógica Hegemônica para Chegar à Transição Capilar e ao Big Chop

Das inúmeras formas que o racismo se manifesta e afeta a população negra, uma das mais evidentes e que atinge, principalmente, as mulheres negras é a depreciação da estética negra. Esta depreciação é apresentada a partir da inferiorização dos traços negros, como o corpo mais voluptuoso e o cabelo crespo/cacheado que a torna vítima desse principal estigma como já vimos nesta obra.

A inferiorização da estética negra possui espaço em diversos veículos e tenta se naturalizar em capas de revista onde as modelos ideais são brancas e de cabelos lisos, bem como na TV, onde maciçamente os que ocupam aquele lugar, também, possuem características mais próximas do padrão europeu de beleza.

A padronização de corpos, cabelos e estética de uma forma geral atinge diversas mulheres de diversas raças e que graças ao eurocentrismo, ocorre um processo de padrão branqueador, porém dentro de uma estrutura social racista esse padrão é mais severo com mulheres negras, uma vez que seus traços e características são ridicularizados através de um sistema racista que as colocam a margem.

Como já dito anteriormente o alvo que geralmente é mais atingido por esse padrão estético racista é o cabelo crespo/cacheado da mulher negra. Não é raro encontrarmos diversas histórias de mulheres negras, em diferentes faixas etárias e

inseridas em distintos contextos, que narram a discriminação sofrida por conta do tipo de cabelo.

Para sanar este problema da discriminação muitas dessas mulheres se submetem a métodos cosméticos, como o alisamento capilar, com o objetivo de se aproximar dessa estética branca, entretanto, mesmo após esses alisamentos capilares algumas mulheres permanecem insatisfeitas com sua aparência.

Como resposta ao fenômeno do alisamento e ao baixo grau de satisfação com sua aparência, algumas mulheres negras estão indo contra a lógica racista e se apoderando de seu cabelo no sentido de assumi-lo e, consequentemente transformam essa ação em ato político. O ato político exercido através da ação de assumir o cabelo crespo/cacheado pelas mulheres negras tem relevância dentro da nossa estrutura, porque vai contra o que é imposto para essas mulheres. Sobre os apontamentos anteriores Nilma Gomes disserta:

“O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste” (GOMES, 2002, p. 03).

O primeiro caminho que geralmente é seguido pelas mulheres negras, que anteriormente estavam condicionadas a químicas de alisamento, para assumir o cabelo crespo/cacheado é a transição capilar. A transição capilar consiste em deixar de utilizar os métodos de alisamento capilar e deixar o cabelo crescer naturalmente. Em muitos casos os relatos sobre esse processo trazem narrativas sobre uma transformação para além da estética.

Não é raro encontrar mulheres negras relatando o encontro consigo mesma a partir da ação de aderir o cabelo crespo/cacheado, o cabelo natural. Segundo a autora Nilma Gomes:

“Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o

real é negro e mestiço. O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária” (GOMES, 2002, p. 03).

Ao processo de rompimento com a lógica de branqueamento da estética e o período em que se espera que a química de alisamento ou efeitos de alisamentos causados por instrumentos que alisam os cabelos saiam dos fios é dado o nome de transição capilar.

A transição capilar é o momento que em as mulheres negras deixam de utilizar cosméticos com fins de alisamentos em seus cabelos e passam a aderir o uso do cabelo crespo, é também, o momento em que esperam que o cabelo cresça para a retirada dos fios quimicamente alisados. Este momento é o início de uma reconstrução da identidade, pois anteriormente o significado do cabelo crespo para essas mulheres possuía sentido pejorativo e a partir deste momento de transição ocorre a mudança de sentido do cabelo para as mulheres ganhando conotação positiva.

Sendo assim, a questão está para além da estética de utilizar o cabelo sem químicas, pois possui uma carga de encontro com a subjetividade de cada sujeito que foi submetido a este processo. Dentro desta perspectiva, a estética negra utiliza como ferramenta o cabelo com o intuito político de se ir contra a logica da estrutura social racista e de reafirmar essas mulheres enquanto negras.

As autoras Ana Lúcia da Ressurreição Santos, Milena Barbosa Conceição e Dyane Brito relatam que:

“[...] o cabelo é um indicativo de aceitação e resistência utilizado pela população afro descendente, pois quando o indivíduo negro assume e adota o estilo negro, ele assume sua condição de negro perante a sociedade”. (SANTOS; CONCEIÇÃO E BRITO, 2012, p.06).

Ao utilizar o cabelo natural, as mulheres negras estabelecem que a partir daquele momento não aceitarão mais insultos racistas no que diz respeito ao seu corpo, à sua cultura, à sua história e à sua estética.

O big chop é o momento logo após a transição capilar, big chop tem origem no inglês americano e significa “grande corte”. O grande corte se trata do momento em que a mulher negra após a transição capilar corta toda a parte do cabelo que está alisado.

Este é o momento que representa a mudança que acontece internamente na concepção das mulheres sobre o que representa seu cabelo e sua estética negra. É a

externalização da politização da mulher negra em relação à estrutura social que impõem a estética padronizada baseada nos padrões europeus.

Capítulo III: Do Alisado ao Crespo: A Identidade Negra

3.1 Minha História de Vida

Para chegarmos ao universo estudado é preciso que passemos pela minha própria história de vida. Desde minha infância ouvi que meu cabelo era ruim, era de bicho, de leão, feio, fuá, armado, bucha, horrível e outras palavras que sempre continham denotação negativa. Este tratamento vinha tanto da minha família, quanto de amigos de escola, etc., isto é, todos os meus convívios sociais me ensinaram que o meu cabelo não era o bom, o bonito, e isto contribuiu significativamente para que eu não aceitasse a minha aparência com o meu cabelo natural.

Sempre ia para escola com o cabelo em tranças, muito bem preso para que não armasse, não ficasse volumoso. Lembro-me que o meu sonho era ir com o cabelo solto, assim como as meninas brancas de cabelos lisos iam, mas nunca podia realizar, pois meu cabelo não “prestava” solto.

Na pré-adolescência passei relaxamentos no meu cabelo, com o objetivo de tirar o volume, de deixar domado, e finalmente ter o reconhecimento dos outros de que o meu cabelo era bonito. Esforço em vão, pois tenho muito cabelo e a química do relaxamento não deixava o resultado desejado. Aos 15 anos veio o primeiro alisamento com formol e químicas de relaxamentos, usadas muitas vezes no mesmo dia. Muita chapinha e escova também passaram a fazer parte da minha rotina.

Sentia-me bonita com o cabelo liso e, principalmente, aceita por todos a minha volta. Sentia-me feliz, pois agora meu cabelo poderia ser usado solto, como sempre quis, e não seria mais motivo de chacotas, pois finalmente ele estava bom, calmo, sem rebeldia e bonito.

Este sentimento de plenitude e felicidade durava pouco tempo, pois logo a raiz do cabelo crescia e logo o cabelo “ruim” ficava a mostra novamente, trazendo à tona todas as infelicidades vividas por causa dele.

Em meados de dezembro de 2012 depois de um período sem retoques de químicas comecei a refletir a respeito da possibilidade de parar com as técnicas de

alisamento, no entanto, no final do mesmo ano fiz pela última vez mais uma intervenção química para que os fios ficassem lisos. Ainda em 2012 eu, que nasci em SBC-SP e vivi lá durante 19 anos, me mudei com minha família para Recife- PE, pois minha família é pernambucana e possuía a vontade de retornar a terra natal.

A mudança de clima foi algo que me impactou muito e, inicialmente, foi um dos grandes motivos para que eu parasse de usar chapinha e escova em meus fios. Passei o ano de 2013 sem alisar os cabelos, em um processo ainda de tentativa de compreensão em relação ao meu cabelo, em outubro do mesmo ano ingressei na Universidade Federal Rural de Pernambuco no Curso de Bacharelado de Ciências Sociais, e a partir deste momento uma série de mudanças viriam a acontecer.

Ao ter contato com a universidade e especificamente com o Curso de Ciências Sociais, uma série de esclarecimentos me veio à tona. O Curso que se propõem em preparar um profissional que tenha senso crítico sobre as injustiças e discriminações sociais, percepção dos fenômenos sociais e reflexões acerca da sociedade me mostrou um mundo que eu não tinha tido nunca contato antes.

A partir deste contato decidi que não alisaria mais o meu cabelo, que deixaria ele crescer para em um momento posterior o cortar. E assim foi feito, durante um longo período eu não sabia que estava passando por um processo chamado transição capilar, que já foi apresentado aqui neste trabalho, e, também, não sabia o significado da sigla BC. Fui pesquisando sobre o assunto e cheguei à conclusão de que eu sempre fui tida como negra, no entanto, eu nunca tinha construído a minha identidade como mulher negra.

Durante minha infância, adolescência e até mesmo na fase adulta, me considerava morena ou parda, não tinha consciente de que na verdade eu era uma mulher negra, e isto só possível através após a minha aceitação do meu cabelo. Depois do contato com a universidade foi-me esclarecido que durante toda a minha vida eu fui submetida a situações que tinham viés racista.

Por conta de todo este descoberta pessoal e de identidade, que teve forte influência da universidade, decidi que a minha monografia teria como pauta identidade e racismo, pois vejo até hoje se repetir a mesma história que aconteceu comigo com meninas, adolescentes e mulheres negras.

3.2 O Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa foi a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE situada no bairro de Dois Irmãos em Recife. Procurei de maneira aleatória dentro da universidade alunas que se identificam como negras e tenham passado pelo processo de alisamento, transição capilar e BC para descobrir se estes processos foram fundamentais para a construção da identidade dessas mulheres negras.

Apesar do universo de negros configura-se como substancial, ou seja, a existência de muitos alunos (as) negros (as), e que no momento ficou difícil mensururar³, foram escolhidas 04 alunas dos cursos de história, ciências sociais e educação física para compor o corpo de pesquisadas deste projeto, as entrevistas eram agendadas com elas de acordo com a disponibilidade de cada uma, e aconteciam em salas da própria universidade em um momento que não estivesse ocorrendo aulas.

No começo das entrevistas eu explicava mais uma vez o projeto e o objetivo da entrevista, pedia permissão para gravar o áudio e iniciava algo mais parecido com um bate papo com elas.

Houve um roteiro com pontos principais que não poderiam deixar de serem abordados no momento da entrevista, com perguntas que norteavam a conversa. Elas começavam falando da relação com o cabelo na infância, dos pais com o cabelo delas, a escola, os amigos da escola, como elas se sentiam diante dos comentários de conotação negativas, como iniciaram os alisamentos, por quanto tempo alisaram e em que momento decidiram parar de alisar.

Posteriormente contavam como foi durante o processo durante a transição capilar, como era lidar com o cabelo natural crescendo enquanto as pontas permaneciam com químicas, como se sentiam neste processo, e como se sentiram ao realizar o BC.

Por último, elas relataram se existia e como se dava a relação de todo este processo com a construção da identidade negra delas. Como se sentiam antes em suas

³ Havia pouco tempo hábil para pesquisar de maneira mais profunda o tema proposto. Teria que ser feito um levantamento para cada curso da UFRPE para se descobrir quem se reconhecia como negro e a quantidade de pessoas que se identificavam de tal forma, desta maneira a pesquisa ficaria muito ampla para uma proposta de monografia.

relações com pais, parentes, amigos, etc., da jornada de parar com os alisamentos e aceitar os cabelos naturais e como se sentem atualmente.

Capítulo IV: Ouvindo as Mulheres Negras da UFRPE

Quando eu estava cursando o 5º período de ciências sociais na UFRPE começou a surgir em mim ideias do que eu poderia usar como objeto de estudo para a composição da minha monografia. Neste período eu já tinha claro para mim mesma que gostaria que minha monografia estivesse voltada para algo relacionado à raça e gênero, como a universidade me ajudou a me tronar um ser político em relação às questões que passei durante toda minha vida em relação à minha raça, concluí que o cabelo seria um forte objeto de estudo no sentido de tentar compreender se outras histórias eram iguais ou parecidas com a minha.

Eu estava empolgada com as minhas descobertas sobre o mundo científico social e queria entender um pouco mais sobre as mudanças dos meus pensamentos e meus posicionamentos, por isso, passei a querer entender o que motivou a passagem pela transição capilar das mulheres negras aqui escutadas para entender se esta mudança capilar também havia afetado de maneira subjetiva, se seus sentimentos e percepções de si mesmas e de mundo haviam se transformado.

Como já dito anteriormente neste trabalho, as protagonistas deste trabalho foram escolhidas de maneira aleatória de acordo com a disponibilidade delas para contribuírem com a pesquisa e conforme eu as conhecia em aulas da universidade ao longo do meu curso, obedecendo apenas ao critério de terem passado pela transição capilar.

Foram entrevistadas 04 mulheres: Jéssica Costa de 23 anos estudante do Curso de Ciências Sociais, Ana Cristina de 35 anos estudante do Curso de Educação Física, Juliana Santos 29 anos estudante do Curso de Ciências Sociais e Karolina 20 anos estudante do Curso de História.

As primeiras perguntas eram sobre a relação da família, dos parentes e amigos da entrevistada com o seu cabelo. As 04 mulheres entrevistadas descreveram que o círculo social de modo geral não sabia como cuidar do cabelo delas, não achava bonito, além disso, as meninas não gostavam de seus cabelos.

Ao entrevistar Jéssica, notei que no momento em que questionei se ela gostava do cabelo dela, ela foi bem enfática em dizer “não” e disse que:

“Não gostava do meu cabelo, porque eu cresci sempre ouvindo a minha família dizendo da dificuldade que era desembaraçar meu cabelo, e eu chorava muito, isso é a coisa que eu mais lembro da minha infância, de eu chorar para caramba porque puxava meu cabelo e tal... nesse sentido de pentear era terrível”.

A entrevistada Juliana também relatou não gostar do seu cabelo quando era criança, e assim como a família de Jéssica, notamos que os familiares também possuíam noções pejorativas sobre o cabelo dela. Na fala dela:

“Não gostava, tenho uma memória de 6 ou 7 anos, pra mim meu cabelo era feio, o termo cabelo ruim era muito usado, né?! E o meu cabelo era classificado como ruim na escola, as pessoas me diziam isso de uma forma muito pejorativa, e eu não entendia porque que ele era ruim, mas eu atrelava o nome ruim ao feio, lógico né?! A própria palavra ruim significa algo negativo, então eu queria ter o bom, eu não queria ter o meu que era ruim. E em casa era muito aquela ideia de “você não pode soltar o cabelo”, “o seu cabelo não dá para a gente soltar”, então eu tenho uma recordação assim que ele era grande, um pouquinho abaixo do ombro e eu penteava ele para tentar tirar os cachinhos, tentar deixar ele bem liso e ele ficava armado, claro que ele ficava armado é o natural dele, e eu lamentava muito porque ele não ficava com o volume das outras meninas que tinham o cabelo bom, e eu não podia solta-lo”.

Notamos pelas falas apresentadas acima que a primeira socialização das mulheres entrevistadas foi com teor pejorativo em relação aos seus cabelos e sua imagem, isto é, a estética delas era carregada por uma conotação negativa que vinha da família delas. Como já vimos anteriormente nesta produção, a construção a identidade é também composta por fatores externas que são internalizados e influenciam a subjetividade do indivíduo, sendo assim, essas meninas já eram incentivadas ao branqueamento, desfocando de sua estética negra.

Os relatos das entrevistas que foram ouvidos ao longo da conversa mostrou que elas foram influenciadas pelo padrão estético europeu desde muito novas, na infância já começaram o processo de alisamento químico capilar. O sentimento descrito por elas é de que quando estavam com o cabelo natural se sentiam feias, excluídas, não aceitas pelo seu círculo social, o passaporte para a aceitação era o alisamento dos cabelos.

A estudante Ana Cristina relatou que: “Eu não gostava do meu cabelo, ele era o cabelo ruim, volumoso, e com 09 anos de idade comecei com químicas para alisar ele, para ele ficar comportado”.

Juliana contou que também muito nova iniciou os alisamentos e descreveu como se sentiu após o processo de tentativa de se aproximar da estética branca europeia:

“Até que eu tinha 09 anos e foi quando a minha família, a minha tia e a minha mãe se juntou e comprou o alisante e passou no meu cabelo, e eu me lembro daquela aflição e daquela felicidade, foi um misto assim de sentimentos, a felicidade por poder agora soltar o cabelo, por meu cabelo estar preparado para estar solto, e ao mesmo tempo aquela vergonha por estar sempre acostumada tá com o cabelo preso e aparecer de um jeito diferente na frente das pessoas”.

As famílias das meninas diziam a elas que os cabelos delas eram difíceis de serem cuidado, de serem penteados, passavam a ideia de que não eram bonitos e que não era possível deixa-lo bonito através de sua forma natural, o caminho possível era o alisamento. Este fato se torna mais curioso no caso de Karolina, pois a família dela era composta por diversas cabelereiras, mãe e tias, nos mostrando que o esmagamento do padrão é tão eficaz que a única beleza enxergada, até mesmo por profissionais da área, é a beleza europeia.

Karolina relatou que: “Vovó não tinha paciência para cuidar do meu cabelo, então ela cortou e deu relaxamento, eu tinha 06 anos de idade. Aí pronto, meu cabelo sempre foi curto e relaxado”.

Outro aspecto importante notado nas reflexões sobre as entrevistas é que as meninas não se consideravam negras, sabiam que não eram brancas, que eram pardas ou morenas, mas a identidade negra ainda não era pertencida a elas. Outro ponto que nos chamou atenção é o sentimento de insegurança que pairava sobre elas, mesmo após o alisamento feito, mostrando que a química em busca da aceitação não as completava, não as deixava que se auto-affirmassem, mesmo estando mais próxima do padrão estético imposto.

A adolescência por ser por si só uma fase mais complicada na vida de um indivíduo, para estas meninas tinha um adicional por terem esta questão de seus cabelos serem marginalizados. A busca por aceitação de amigos da escola, por exemplo, era maior e um processo mais sofrido, em todos os ambientes que estas mulheres estavam, elas ouviam constantemente conotações negativas a respeito de sua beleza no dizer respeito ao cabelo.

Os reflexos na autoimagem e autoestima delas eram negativos, construindo indivíduos que tinham de maneira mais íntima sentimentos de tristezas e insatisfações.

Estes sentimentos negativos foram as fagulhas para o início dos questionamentos contra a lógica hegemônica. A partir deles, surgiram indagações do que era bonito, de como o conceito de bonito é construído e o porquê os cabelos delas não eram considerados ausentes de beleza.

No ápice do incomodo gerado por estes sentimentos as mulheres que aqui foram ouvidas resolveram romper com a lógica da imposição do padrão estético, a princípio de maneira menos cientes de como esta transformação capilar perpassaria as questões externas, as questões da forma de como se apresentar a sociedade.

Juliana nos relatou o momento em que decidiu passar pela transição capilar, o que motivou ela entrar neste processo de transição e o que se passava em sua cabeça nesta fase de sua vida:

“Foram uma série de questões... em 2007 entrei na federal (UFPE) para fazer serviço social, e aí você já começa... Quando você entra na universidade começa a ver um monte de coisas, pelo menos comigo foi assim, começa a ver que um monte de coisas que você pensava que não existia, existem e de forma significativa até, então eu comecei a ver muitas mulheres em espaços de poder, agora todas brancas, mas mulheres. Comecei a ver na universidade muitas meninas com cabelo natural, cabelo crespo natural, e eu achava aquilo interessante, mas era aquelas hippies, uma galera bem alterna, não tinha nada a ver comigo, será que aquele cabelo era limpinho mesmo, será que não feia, tinham os estigmas ainda (...) quando eu consegui a ter acesso a este tipo de informação, em saber como o racismo era cruel, era velado, como ele se apresentava de uma maneira tão opressora, foi que eu comecei a entender que eu não era obrigada a nada, inclusive a alisar o cabelo. Em 2010 eu fiquei noiva, e ele era militante do movimento negro, primeira vez na minha vida que alguém que tinha o cabelo “bom”, tinha inveja de mim que tinha o cabelo “ruim”. Ele (o noivo) me fez despertar para a minha negritude, aí veio as blogueiras, as youtubers eu comecei a acompanhar alguns canais no youtube e ver as meninas que estavam passando elas transição, aí foi quando eu comecei a pensar em fazer isso, porque as feridas... eu comecei a me questionar, será que eu preciso realmente disso, eu preciso ferir o meu couro cabeludo, comecei a considerar a possibilidade de fazer a transição, comecei a fazer a transição em 2014.

Ana Cristina também descreveu o sentimento que teve quando rompeu com a lógica de branqueamento, e citou a pessoa que a motivou a iniciar esta mudança.

Eu usava tranças, porque não gostava do meu cabelo, eu queria ser sempre a menos notada em todos os meios que eu circulava, na família, trabalho... então com a trança eu achava que conseguia isso, e a universidade sempre me falavam para eu tentar usar meu cabelo natural, principalmente uma professora minha, e foi aí que eu comecei a considerar essa possibilidade de usar o cabelo natural.

Jéssica contou que a irmã, que também é negra de cabelo crespo, não gostava da textura de seus fios e resolveu mudar a visão sobre seu cabelo no mesmo período que

Jéssica, foi uma grande motivadora e companheira na fase transição capilar e adaptação ao cabelo natural.

“Eu não sei te dizer qual foi o momento que deu o estalo “não, agora eu vou parar”, eu no fundo, no fundo, detestava fazer chapinha no meu cabelo (...) até que um belo dia minha irmã chegou e falou “olha, Jéssica, tô vendo uns vídeos de algumas meninas que estão passando por um processo chamado de transição capilar que é voltar aos cachos”, sendo que ao mesmo tempo nessa época eu fui rever umas fotos minhas de quando eu tinha 09 anos e meus cachos eram lindos, incríveis e eu não me dava conta disso (...) aí comecei ver vídeos da transição capilar e achar interessante”.

É importante destacar o impacto das redes sociais e mídias eletrônicas nas ações das mulheres negras aqui entrevistadas. Em todas as falas ouvidas foi destacado por elas que em algum determinado momento alguma rede social influenciou e deu suporte na tomada de decisão de romper com a imposição do cabelo alisado. Seja o Facebook com grupos compostos por mulheres negras que passaram pela transição capilar, ou que não passaram, mas que enaltecem a beleza negra, seja o YouTube com mulheres negras que fazem vídeos sobre a imposição da estética europeia, sobre racismo, sobre como a mulher negra é afetada duplamente por estas imposições, pois além de negra e sofrer com o racismo, é mulher e sofre com pressões estéticas. O mundo da internet de uma maneira geral contribui para reflexões e fomenta debates acerca destes assuntos, formando uma grande rede de pessoas que buscam refletir criticamente sobre o que lhes é imposto.

Outro aspecto observado é o papel da universidade no momento em que as mulheres negras romperam com os alisamentos. Todas elas relataram que ao ingressarem na universidade e ao serem apresentadas a um universo novo de conhecimentos que antes elas não tinham acesso, contribuiu grandemente para reflexões sobre a lógica imposta do padrão branco. Reflexões sobre porque continuar a alisar o cabelo e sobre a obrigação de se modificar para ser aceita foram feitas com respaldo científico. Juliana contou:

Teve, porque... Até pelo próprio curso, né? Por a gente desenvolver uma criticidade maior acerca daquilo que é imposto como hegemônico, como os padrões, né? Área de humanas de uma forma geral ele traz isso, a gente desnaturaliza tudo.

Ana Cristina disse que a principal influência para tomar decisão de romper com a hegemonia veio da universidade:

Uma professora minha que trabalha assuntos dentro da UFRPE relacionados à negritude do departamento de educação sempre me dizia coisas em relação

a minha beleza a beleza negra, e sempre me perguntava por que eu não usava meu cabelo natural, me dava dicas de penteados, sempre fica dizendo coisas que me incentivavam a enaltecer a minha beleza negra.

Karoline também conta sobre a influência da universidade:

“Eu comecei a frequentar a universidade, então novos espaços, não só a sala de aula, mas ver os outros prédios, ver outras turmas, aí eu comecei a ver que aqui as pessoas, as pessoas costumam a ser na verdade aquilo que ela é, então eu ficava me perguntando por que eu também não sou aquilo que eu sou”.

Através destas falas fica nítido o papel fundamental da universidade na formação da identidade de pessoas negras que ainda não se reconhecem enquanto negras. Exemplifica como este espaço deve fomentar discussões e reflexões sobre as anomias da nossa estrutura social e das consequências destas anomias para os indivíduos que estão à margem da sociedade.

Após tomar a iniciativa de não alisar mais os cabelos, as mulheres negras passam pelo segundo processo desta nova etapa com o seu cabelo, o Big Chop (BC). O BC é relatado sempre com muita emoção, pois ele simboliza o momento de liberdade, o momento em que ficou para trás o sofrimento dos alisamentos, a baixa autoestima, a insegurança, a tristeza de não de se sentir aceita e bonita.

Outro ponto é que o BC é o momento que externa para a sociedade o que foi sentindo ao longo de todo o processo de antes do alisamento, alisamento e tomada de decisão de parar de alisar. Mostra o ato político de manter o cabelo natural, usando o cabelo como símbolo de luta contra a lógica racista da estética imposta.

Karoline descreveu que:

eu lembro que foi na ocupação (da UFRPE), eu conversei com Keroline daqui aí eu conversei com ela, eu disse “olha eu quero tirar a maior parte da química do meu cabelo” (...) mas assim foi aquilo... quando eu olhei para trás e vi meu cabelo cacheando sem o creme... eu fui tomar banho e ele enrolou e não tinha creme nenhum! Porque antes eu forçava para ele enrolar todinho. Foi uma alegria tão grande! Aí eu lembro que a gente saiu foi lá na frente, teve um festival aqui, então eu me senti linda, a pessoa mais bonita do mundo! Eu botei um vestido, sandália rasteira mesmo, não tinha trazido maquiagem porque foi nos primeiros dias de ocupação botei um rímel emprestado, mas eu me sentia a pessoa mais linda do mundo (...) me senti muito linda, foi muito incrível!

Juliana também contou seus sentimentos ao realizar o BC:

Eu tava com mega hair no começo do ano cacheado e sabia que tinha que tirar, passei muito do tempo era para fazer a manutenção e não fiz, tava sem dinheiro e tal, fui protelando, protelando e digo “não, acho que não vou fazer a manutenção, não” “acho que chegou a hora” Porque assim eu via... o mega hair fica preso na nossa mechinha, né? Por mais cacheado que fosse o mega

hair, não era crespo feito o meu cabelo, então eu via o meu cachinho muito definido e eu comecei a me apaixonar por aqueles cachinhos que ficavam, era uma molinha muito linda e eu adorava aquilo! (...) Aí marquei para ir em Félix e fui, em meados de Junho desse ano (2017) aí fui tirando o mega, fui tirando o mega e eu vendo aquele cabelo se armar todo, né? (...) quando ele deu o corte definiu totalmente o cabelo, já não tinha mais aquela química. Eu fui com duas amigas assim que fotografaram tudo, sabe? Ficavam mandando notícias para as meninas do grupo da faculdade (...) então assim, me botando pra cima, me dizendo que tava linda, que tava maravilhoso, Aí no salão de Félix tem um painel (...) onde ele leva as clientes dele depois de lindas e produzidas para tirar foto porque ele publica nas redes sociais e tal, então aquilo aí foi um mural, eu estava me sentido uma miss Brasil, sabe? De tanta gente me dizendo que eu estava maravilhosa, então assim, o meu BC ele foi regado de muito afeto, sabe? De muitas palavras bonitas e de pessoas dizendo que tinha sido uma coisa maravilhosa (...) foi um momento muito marcado de felicidade mesmo, de eu me olhar no espelho e me sentir bonita.

O momento do BC finaliza o processo de transição capilar, a partir dele a mulher negra passa a lidar com a textura de seu cabelo natural, e a enfrentar, agora através da estética, o racismo, o cabelo ganha a forma de ato político, pois externamente a mulher passa a se apresentar contra a lógica hegemônica. É o posicionamento político demonstrado através do cabelo crespo.

Como já foi apresentada aqui neste trabalho, a negritude ganha força política também através da estética dos indivíduos, a partir do ato político de manter o cabelo crespo natural e não seguir a lógica de branqueamento elas reconheceram a identidade negra, que sempre foi creditada a elas, não por elas, mas pela estrutura social, no entanto, era internalizada de maneira negativa essa negritude, com o processo de transição capilar e BC, esta negritude além de ter sido incorporada a identidade delas, foi ressignificada, agora, a beleza negra passou a ser enaltecida por elas e motivo de orgulho.

Todas as entrevistadas relataram que o processo de transição capilar foi um agente fundamental para o despertar das questões da negritude delas e para a construção da identidade negra delas, antes desta transformação capilar elas não se reconheciam como mulheres negras, além disso, elas disseram que o cabelo mostra uma mudança interna de pensamentos, posicionamentos, sentimentos, etc. Além disso, após a transição capilar e o BC elas passaram a refletir sobre das imposições feita pelo sistema opressor a elas que diz respeito a outras opressões, por exemplo, o machismo.

Ana Cristina comprova isto através de sua fala:

Antes eu não queria ser notada pelas pessoas, em nenhum lugar que eu ia, eu queria ser a pessoa neutra. Agora onde eu chego eu logo apareço, meu cabelo

logo aparece, e eu gosto disto, eu quero aparecer! Eu gosto de ser vista, eu mudo o meu cabelo de penteado, deixo ele todo armadão, e antes eu não me via como mulher negra, eu pensava que eu era morena, parda, mais escurinha, não negra, e eu tenho orgulho disso!

Jéssica também relacionou a transição capilar e o BC à construção da identidade negra dela, ao ser perguntada se antes deste processo ela se reconhecia como negra ela respondeu:

Não, porque eu acho que eu nunca parei para pensar nisso (...) eu não parava para pensar essa questão (...) eu não me reconhecia como negra, não, eu acho que eu comecei somente a me identificar como mulher negra dentro da academia mesmo, depois que eu entrei na faculdade, ou seja, uma coisa muito tarde.

Sobre este questionamento da relação da construção da identidade negra com a transição capilar, Karoline respondeu:

Com certeza, porque foi a partir... Cabelo é externo, né? Foi uma coisa tão simples que me fez perceber o que eu sou internamente, que eu não me reconhecia, foi o mudar de eu parar de relaxar meu cabelo que fez eu me reconhecer que eu sou negra, o cabelo é só a cereja do bolo, como tem esse ditado, né? É só o externo que a gente só bota no externo aquilo que a gente se sente bem internamente. Não adiantava eu deixar de usar (alisamentos), passar pela transição, fazer o grande corte, cachear meu cabelo, maquiagens, essas coisas para pele negra e eu não me identificar enquanto negra, enquanto meu interno não me ver que realmente eu sou negra, é assim que eu nasci, então a minha identidade é ser mulher negra.

Já Juliana nos respondeu que:

Não, não me reconhecia como mulher negra (...) branca eu sabia que eu não era, eu sempre consegui refletir, reconhecer que eu era muito diferente das meninas brancas, mas negra eu também não era, então eu nunca fiquei muito pensando em que danado eu era, eu vi lá o parda na minha certidão de nascimento e adotei isso para mim.

Todas as falas que foram coletadas ao longo desta pesquisa demonstraram que o cabelo deixa de ser apenas algo banal como é visto por muitos, principalmente, através de uma ótica machista que rotula mulheres como fúteis. Cabelo ganha significado político, objeto de luta e resistência para estas mulheres negras, pois além de passarem pela pressão estética, passam por uma pressão racista em que seus cabelos são constantemente objetos de ridicularização e inferiorização.

Outro aspecto de destaque para reflexão sobre as conversas com as entrevistadas é que em momentos informais, isto é, fora das perguntas direcionadas a elas, as

mulheres revelavam que a mudança do cabelo alisado para o cabelo crespo natural impactava em outros âmbitos de suas vidas. Isto quer dizer que o cabelo natural as impulsionava a se posicionar de maneira mais incisiva em outras áreas, não tolerante qualquer tipo de abuso imposto a elas.

Uma das meninas revelou que após o processo de transição e BC terminou um relacionamento abusivo, pois passou a enxergar seu valor enquanto ser humano e enquanto mulher, não tolerando mais situações que a prejudicassem em qualquer sentido.

Estes relatos enfatizam que quando pensadores se debruçam sobre a questão do cabelo da mulher negra, não estão falando somente de cabelo, mas sim de toda uma construção pejorativa que esmaga os indivíduos por trás dele.

Considerações Finais

Diante da teoria apresentada no decorrer desta obra chegou-se ao entendimento que a sociedade influencia a construção da subjetividade dos indivíduos que a compõem. Sendo assim, uma sociedade forjada em concepções de cunho racistas e excludentes gera grupos de indivíduos marginalizados, pois estes não se enquadram nas imposições da sociedade.

Conforme visto na literatura pesquisada, as mulheres negras compõem um grupo da sociedade brasileira que é posto à margem, pois além de sofrerem com o racismo por serem negras, sofrem com o machismo que dita um padrão estético, que por sua vez, é fundamentado em características europeias que são tidas como superiores em relação às características das mulheres negras. Os corpos das mulheres negras tiveram a conotação de coisa, isto é, foi “coisificado” tornando-se um objeto submetido a diversas atrocidades desde o período da escravidão mantidas até os dias atuais (GOMES, 2006).

Como o corpo do negro (a) é considerado como coisa acontece uma desvalorização da posição do negro na sociedade como um todo (SABINO, 2007). Neste cenário de opressão, subalternação, e inferiorização das características das mulheres negras, elas dão significados de conotação negativa e ao passarem pelo processo de transição capilar ressignificam suas características e reconhecem-se como pertencentes à identidade negra.

Como foi pressuposto por esta produção o cabelo da mulher negra tem um significado e uma relevância que vai desde a discussão de como a estética vigente na sociedade brasileira está fundamenta até à discussão de como a ditatura do cabelo liso pode interferir na subjetividade e no reconhecimento da identidade negra das mulheres. Portanto, na experiência brasileira, o tratamento dado ao cabelo da população negra exprime a tensão entre raças que existe na sociedade, o reconhecimento desta tensão ou o encobrimento dela marca a vida e as trajetórias dos sujeitos, por conta disto intervenções no corpo ou nos cabelos da população negra são mais do que simplesmente estéticas, são parte do processo identitário (GOMES, 2002).

Nas palavras da pensadora Neusa Souza (1990, p77) “ser negro no Brasil é torna-se negro”, com isto em mente conclui-se que o processo de transição capilar que foi vivido por estas mulheres negras fez parte do torna-se negro em meio a uma estrutura que estigmatiza a população negra. A partir do momento em que as mulheres decidiram se questionar e romper com a lógica hegemônica demonstrou o início da construção da identidade negra, a origem do tornar-se negro.

Ao interpretarem o uso do cabelo crespo como libertação que ultrapassa as barreiras do racismo as mulheres negras reciram a identidade delas, pois retiram do cabelo crespo o papel de estrito de contestação, símbolo e mecanismo político, este processo as levam para além da libertação de estigmas sobre seus corpos e cabelos, fazendo com que o entendimento de seus cabelos, corpos e subjetividade sejam ampliados (SANTOS, 2010).

Este processo de libertação se estende para questões além da construção da identidade negra como podemos notar nas falas das mulheres aqui entrevistadas. Após o processo de reconhecimento de suas identidades negras, elas relataram que de certa forma se tornaram mais corajosas para não deixarem que situações que a violentassem, de maneira psicológica, por exemplo, não acontecessem mais com elas. Passaram a se posicionar de maneira mais incisiva e contundente com as questões que permeavam a vida delas.

Por fim refletimos que os resquícios de uma colonização de extração pautada na mão de obra escrava que submetia a população negra a condições degradantes e totalmente desumanas são vistos até os dias de hoje nos âmbitos políticos, sociais, econômicos e culturais gerando esteriótipos e estigmas sobre homens e mulheres negras

da sociedade brasileira. O caminho para combater o racismo estrutural e outras opressões é longo e árduo, no entanto, existe uma parcela da população que desperta para estas questões políticas e enfreta situações de exclusões mesmo que com mínimos atos. As mulheres apresentadas nesta obra demonstram isto, que a mudança da percepção de sua subjetividade é o ponto inicial para mudanças mais amplas na estrutura.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Márcio Benchimol. **Formação Docente: Cursos de Especialização para o Quadro do Magistério da SEESP.** São Paulo, 2012.
- COUTINHO, Cassi Ladi Reis. **O Padrão Estético do Negro em Salvador (1980 – 2005).** Bahia, 2012.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: Alguns Apontamentos Históricos.** São Paulo, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** 1ª edição FFCL/USP, São Paulo, 1964.
- GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Educação, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem Perder a Raiz: Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra.** Minas Gerais, 2006.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural da Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- LISBOA, Daiane Carla; SILVA, Mariane Santos da; SUENAGA, Camila; PAULA, Vandressa Bueno de. **Conceito, Beleza e Contemporaneidade: Fragmentos Históricos no Decorrer da Evolução Estética.** Santa Catarina, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas e Dificuldades.** Revista de Antropologia – Nº 33, São Paulo, 1990.
- PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. **Raça: Novas Perspectivas Antropológicas.** Salvador, 2008.
- PIRES, Karen Tolentino de; Mocelin, Maria Clara. **Manipulando Cabelos e Identidades: Um Estudo com Mulheres Negras em Santa Maria – RS.** Rio Grande do Sul, Revista África e Africanidades – ano 9 – nº21, 2016.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SANTANA, Bianca. **Mulher, Cabelo e Mídia.** São Paulo, Revista Communicare – Dossiê Feminino, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira.** São Paulo, Tempo Social, 1994.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O Negro no Espelho: Imagens e Discursos nos Salões de Beleza Étnico.** São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

SANTOS, Luane Bento dos. **Para Ficar Bonita tem que Sofrer! A Construção de Identidade Capilar para Mulheres Negras no Nível Superior.** Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Luane Bento dos. **Para Além da Estética: Uma Abordagem Etnomatemática para a Cultura de Trançar Cabelos nos Grupos Afro- Brasileiros.** Rio de Janeiro, CEFET, 2013.

SANTOS, Maricélia dos. **Estética Negra: Um Estudo Contemporâneo sobre O Cabelo da Mulher Negra na Serra do Cajueiro – Florânia – RN.** Rio Grande do Norte, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A Produção Social da Identidade e da Diferença.** Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2000.